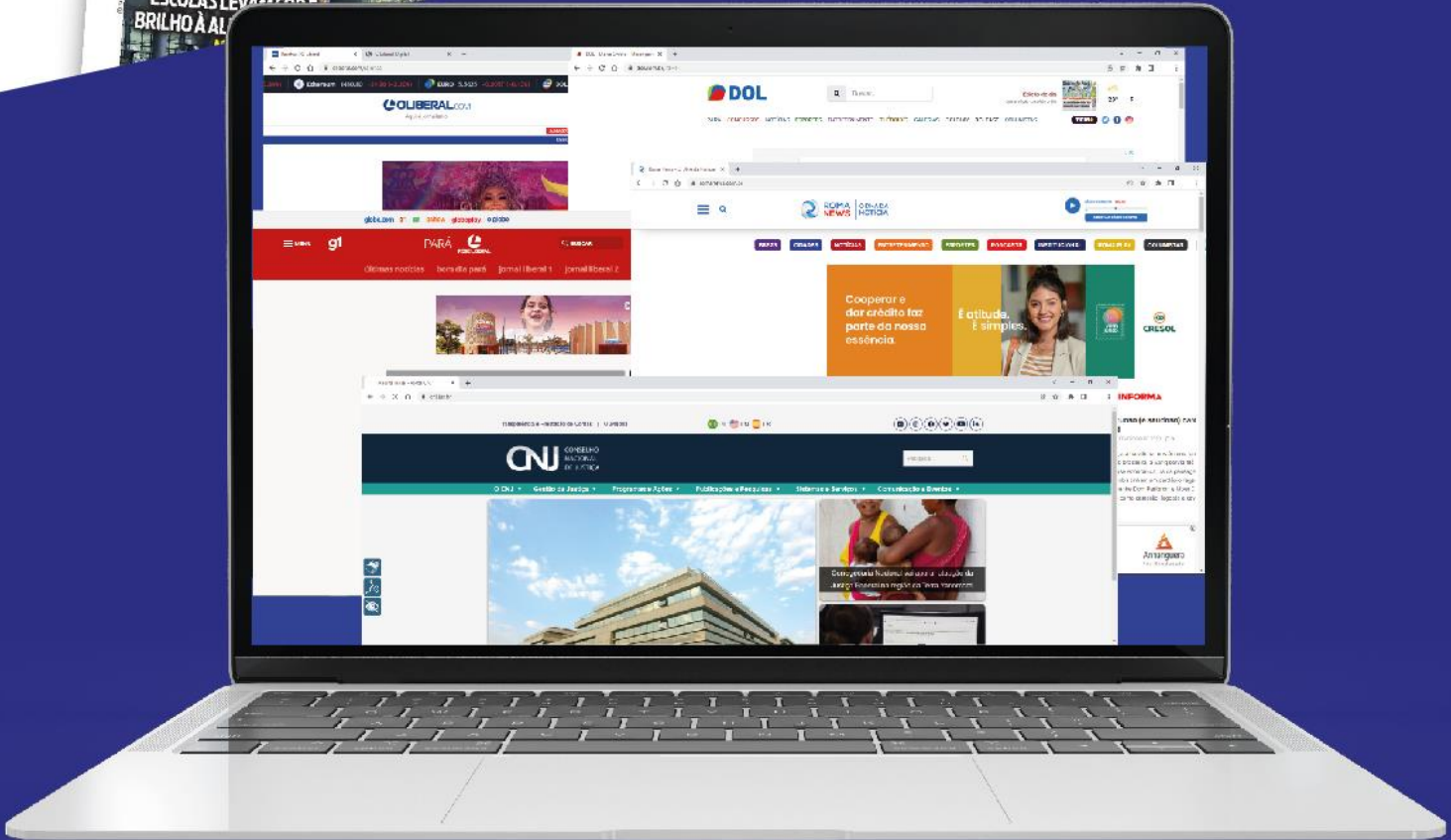




CLIPPING

Sábado e
Domingo
3 e 4 de
Fevereiro
de 2024



REPÓRTER

70

EM POUCAS LINHAS

- Neste sábado, data em que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará celebra 150 anos de instalação, haverá uma sessão solene às 17h, no Theatro da Paz, que também vai celebrar o Dia do Judiciário.
- Na sessão será feita a outorga de medalhas comemorativas pelos 150 anos de instalação do TJPA a 97 personalidades que contribuíram com o judiciário paraense no ano passado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM SALINAS

Liminar contra a construção de prédio é rejeitada

DA REDAÇÃO

Em decisão liminar proferida pelo desembargador Mairton Carneiro, na quinta-feira (1º), o Tribunal de Justiça do Pará confirma a legalidade do processo de autorização da obra do Fort Litoranium no município de Salinópolis, no nordeste paraense.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), o desembargador entendeu que não há requisitos para concessão da medida liminar requerida, impedindo a autorização da obra, em especial porque o alvará de obra foi emitido com base na Lei 2860/2013 e não a impugnada na Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A Estrutura Engenharia agradeceu a decisão e alegou que executa o imóvel em "respeito ao meio ambiente e ao devido processo legal, cumpridos integralmente e rigorosamente pela empresa". O prédio está sendo construído a quatro quadras - 265 metros - da praia do Atalaia. A construtora responsável garante que "o impacto é zero". Além disso, a Estrutura Engenharia afirma ter cumprido todos os requisitos legais para a obra, que tem prazo de 60 meses. O imbróglia começou quando o MP-PA, em documento assinado pelo procurador-geral de Justiça, César Mattar Júnior, entrou com o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade. A ação foi protocolada contra a Prefeitura de Salinópolis e a Câmara de Vereadores, sob alegação de que uma lei teria sido aprovada em favorecimento da construtora.

EXIGÊNCIAS LEGAIS

Além disso, alegou que o "Fort Litoranium" estaria em uma área de amortecimento do Monumento Natural do Atalaia (MONA), em uma Unidade de Conservação.

"A lei aprovada neste ano (2.949/2023) em nada interfere no nosso empreendimento, que está devidamente amparado", afirmou o diretor-executivo da Estrutura Engenharia, James Pyles, ao Grupo Liberal em novembro de 2023. Segundo James, a lei municipal nº 2860/2013 é a mesma que tem viabilizado diversos investimentos imobiliários no município. "Não faz sentido falar que esta lei foi feita para beneficiar nosso projeto, se há anos se tem empreendimentos sendo construídos por empresas na mesma região, inclusive de fora do Estado. A única diferença é que somos uma empresa 100% paraense", alegou. O investimento, segundo o diretor executivo, é de cerca de R\$120 milhões. Do montante, a estimativa é de que mais do que a metade seja injetada no município. "Estimamos que R\$36 milhões sejam gastos com mão de obra local; R\$25 milhões sejam deixados no comércio local; e outros R\$5 milhões sejam destinados ao pagamento de impostos ao município. Além disso, é um prédio que vai gerar cerca de R\$150 mil em receita ao município com IPTU", disse. A estimativa é movimentar cerca de R\$8 milhões por ano com os moradores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

LINHA DIRETA

Neste sábado, 3, data em que o Tribunal de Justiça do Pará celebra 150 anos de instalação, haverá uma sessão solene às 17h, no Theatro da Paz, em Belém. Na ocasião, também será celebrado o Dia do Judiciário.

Durante a sessão será feita a outorga de Medalhas Comemorativas pelos 150 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará a 97 personalidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA celebra 150 anos em missa na Catedral

JUDICIÁRIO

**Alexandre
Nascimento**

A Catedral Metropolitana foi o palco da missa solene alusiva aos 150 anos do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), na noite de ontem (2). A cerimônia reuniu magistrados, servidores, autoridades locais e a comunidade em geral. A solenidade integra os eventos de comemoração, que se iniciou na última quinta-feira (1) e se estende até hoje (3), dia do órgão, com evento que irá condecorar personalidades e instituições civis e militares que atuam em cooperação com o TJPA, no Theatro da Paz.

A celebração foi conduzida por Dom Alberto Taveira, arcebispo de Belém, que usou o simbolismo para representar não apenas a religiosidade, mas um reconhecimento profundo do papel vital desempenhado pelo TJPA ao longo de todos esses anos no Estado. “Assim como na Bíblia temos vários exemplos de pessoas que cumpriram a



A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, conduziu a imagem da padroeira dos paraenses, na abertura da cerimônia religiosa FOTO: ANTONIO MELO

lei de Deus e dos homens para benefício das pessoas, vocês desembargadores têm a missão de fazer Justiça em prol das pessoas”, discursou Dom Alberto.

A presidente do TJPA, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, ressaltou a importância da celebração religiosa na Catedral, onde deu início ao evento conduzindo a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos

paraenses. “São 150 anos de existência do Tribunal, um marco histórico, que sei que todos os que passaram pelo Judiciário tiveram alguma inspiração divina ou religiosa, para exercer a Justiça com sabedoria”, declarou.

Ainda de acordo com a desembargadora, a comemoração vai continuar hoje (3), uma vez que é a data certa dos 150 anos do TJPA, no Theatro da

Paz, quando serão condecoradas autoridades que de alguma forma colaboraram para atuação do Judiciário. “O TJPA reafirma seu compromisso com a justiça, a equidade e a promoção de uma sociedade mais justa e, nesse processo, muitas pessoas desempenharam importantes missões e merecem esse reconhecimento”, concluiu Maria de Nazaré Gouveia, presidente do TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Nadla Souza fez três cursos profissionalizantes na EST, entre os anos de 2020 e 2022

SONHO DE DOM BOSCO

Escola Salesiana do Trabalho começa um novo ciclo

MUDANÇA - Com 62 anos de história, EST passa a funcionar em Ananindeua, com a proposta de estar próxima de uma quantidade maior de jovens de baixa renda

EDUARDO ROCHA
Da Redação

Quando ainda bem jovem, fazendo o curso de Mecânica Industrial na Escola Salesiana do Trabalho (EST), no bairro da Pedreira, Paulo Roberto Oliveira Gonçalves, Júnior, 30 anos, pensou em desistir dessa atividade. A mãe dele, Maria de Nazaré Ribeiro, havia falecido e era ela quem garantia o dinheiro da passagem de ônibus para o jovem ter acesso ao conhecimento técnico. No entanto, como revela Paulo, os próprios pais da instituição, Felipe Bauziere, padre Josué Nascimento e Francisco Sadeck, aconselharam o rapaz a não desistir. E hoje Paulo Roberto é mecânico profissional atuante e também aguarda pelo resultado de concurso público neste começo de ano.

Histórias como essas se acumulam nos 62 anos de funcionamento da EST, que, em 2024, deixa a sede da Pedro Miranda com a Alferes Costa e já funciona na antiga sede do Colégio do Carmo, na BR-316, km 09, 1760, no município de Ananindeua, na Grande Belém. No domingo passado (28), foi celebrada a missa de gratidão na Escola Salesiana do Trabalho, marcando o fim das atividades da instituição em Belém.

Entretanto, o padre Felipe Bauziere, diretor da

EST, informa que em 29 de janeiro último começou o ano letivo da Escola em Ananindeua. São mais de 400 estudantes em cursos profissionalizantes. 350 jovens do Programa Jovem Aprendiz, do Governo Federal, e, por enquanto, 50 pessoas atendidas em projetos sociais. Os cursos são de Noções Administrativas, Informática Aplicada, Mecânica

"Estudar para ser feliz" tem como foco estudantes em vulnerabilidade social da área do Lixão do Aurá

Veicular e Eletricidade. Os jovens aprendizes inserem-se nesses cursos e nos de Mecânica Industrial e Refrigeração. O projeto social "Estudar para ser feliz" tem como foco estudantes em vulnerabilidade social da área do Lixão do Aurá: recebem aula de reforço e acompanhamento específico.

CAMINHADA

A EST é administrada por padres da Congregação Salesianos de Dom Bosco.

"A mudança da sede da Pedreira para a da BR-316, em Ananindeua, foi motiva-

da pelo fato de entendermos de termos de ir ao encontro de jovens mais necessitados, em Ananindeua, de forma a levar os serviços para rapazes e moças de bairros como Águas Brancas, Aurá, Águas Lindas e Distrito Industrial de Ananindeua, entre outros", afirma padre Felipe Bauziere.

A área da antiga sede foi adquirida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no final de 2023. Como informa o TJPA, o Tribunal "está em tratativas finais para aquisição da área do imóvel onde está localizada a Escola Salesiana do Trabalho, no bairro da Pedreira, em Belém".

"A área abrigará o novo complexo do 1º Grau do Poder Judiciário do Pará. O projeto prevê a reforma da edificação principal do imóvel, em frente à avenida Pedro Miranda, e a construção dos novos prédios do Fórum Cível e do Fórum Criminal de Belém, além de espaços destinados às unidades administrativas do Judiciário", como repassa o TJPA.

A EST foi fundada pelo padre Lourenço Bertolusso em 1º de maio de 1962 - antes, em 1958, o espaço já sediava um Oratório. A entrada em funcionamento da Escola se deu após a assinatura da escritura de doação do terreno, feita pela família Ferro Costa.



Paulo Roberto Gonçalves cursou Mecânica Industrial em 2014 e 2015

Ensino da EST mudou a realidade de ex-alunos

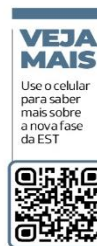
Nadla Souza, 23 anos, cursa Gestão de Recursos Humanos em uma faculdade particular em Belém. Ela fez três cursos profissionalizantes na EST: em 2020, 2021 e 2022 - Informática, Banco de Dados e Assistente administrativo. Na avaliação da jovem, valeu muito a pena ter estudado na EST.

"Eu digo que existe uma Nadla antes e depois da EST, porque lá eu noto que se tem uma formação para ser um profissional e pessoa melhor. Dom Bosco, que é uma referência salesiana, disse que bons cristãos são honestos cidadãos", diz. Nadla concluiu o curso em 19 de dezembro de 2022 e, em 2 de janeiro de 2023, foi contratada para trabalhar na EST, de onde saiu agora, no último dia 31.

Já Paulo Roberto Gonçalves fez o curso de Mecânica Industrial em 2014 e 2015. Ele ingressou no programa Jovem Aprendiz, a partir da EST, e atuou em uma empresa por dois anos. Hoje, Paulo é mecânico profissional. "Quando sai do Jovem Aprendiz, a EST me indicou para trabalhar em uma empresa de transporte, eu fui contratado e permaneci lá por dez anos como torneiro mecânico que é uma função da mecânica industrial. Sai agora, em dezembro de

2023. Eu tenho propostas de emprego e aguardo pelo resultado de um concurso público que fiz recentemente", revela esse morador do Distrito Industrial de Ananindeua, filho de vigilante e cozinheira. Ele lembra que chegou a trabalhar, ainda bem jovem, em uma lanchonete no Colégio do Carmo, em Ananindeua, onde funciona a EST agora. Paulo afirma que os jovens de Ananindeua ganham muito com a EST no município.

O ex-senador da República e atual titular da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Paulo Rocha, também estudou na EST. "Fiz todos os esforços para evitar o término da ação da Escola Salesiana do Trabalho na Sacramento. Todo mundo sabe a história da Escola Salesiana na vida do bairro da Sacramento, na vida dos jovens, na formação de operários. Eu sou um exemplo disto, me tornei o principal operário especialista na área do sistema offset, técnico em artes gráficas, e isso aconteceu com milhares e milhares de jovens que, a partir da formação operária, oportunizaram a perspectiva de ter uma vida melhor, mais decente, para a nossa cidade, o nosso país", destaca.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



REGISTRE-SE

● A Corregedoria Geral de Justiça do TJPA, dirigida pelo desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, promoverá a Semana Nacional Registre-se!, para emissão de documentação civil à população socialmente vulnerável. Será de 6 a 10 de maio deste ano, em Belém e em outras cidades do



Representantes do Judiciário participaram da reunião

Estado, incluindo representantes do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, da Defensoria Pública da União e de outros órgãos participaram da reunião..



Corte de contas realizou a segunda edição do TCE Sustentável

TCE SUSTENTÁVEL

● Membros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e do Ministério Público de Contas assistiram à palestra do II Encontro TCE Sustentável, com o tema "Promovendo a consciência socioambiental e a responsabilidade institucional". O evento teve como palestrante a ambientalista Fernanda Cortez. A segunda edição do TCE Sustentável foi aberta pela Conselheira Presidente

Rosa Egídia Crispino C. Lopes. "Como sabemos, estamos todos comprometidos com a promoção da sustentabilidade em todas esferas da nossa instituição. No nosso Plano Anual de Fiscalização já tem inserido a fiscalização na área ambiental de resíduos sólidos e resíduos hídricos, e a fiscalização da própria despesa que o governo estadual terá com a COP 30. Portanto, estamos fazendo a nossa parte".

MINUTA

● Gestante dispensada ao fim de contrato de experiência receberá indenização por período de estabilidade. Essa foi a decisão da quinta turma do TST. A decisão segue a jurisprudência consolidada que garante o direito à estabilidade provisória mesmo que a dispensa decorra do fim do prazo contratual.

● A 11ª turma do TRT-1 decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação de uma mulher em face de sentença que julgou improcedente seu pedido de indenização por danos morais em desfavor da Caixa e do Banco do Brasil, em razão de um suposto saque indevido em sua conta poupança, em Itabuna/BA. Presumem-se legítimos saques e compras efetuadas presencialmente com o uso de cartão e senha pessoal.

● Varas do Trabalho já podem fazer novas anotações na Carteira de Trabalho Digital. De acordo com o site do TRT8, um novo módulo Web-Judiciário do e-Social, lançado em dezembro, em parceria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho com o Ministério do Traba-

lho e Emprego, permite que as Varas do Trabalho façam novas anotações decorrentes de decisões judiciais, como data de admissão, alteração salarial ou de cargo e afastamentos. Antes, as Varas conseguiam efetuar apenas a baixa do vínculo de empregona CTPSDigital.

● Ex-empregado de uma construtora que residia em imóvel situado dentro do pátio da empresa teve reconhecido pela Justiça do Trabalho mineira o caráter remuneratório, ou de salário-utilidade da moradia. Concluiu-se que a habitação tem natureza salarial, porque não era fornecida para viabilizar a execução do trabalho, mas em razão dele.

● O aposentado por qualquer regime de previdência que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral da Previdência Social-RGPS.

Colaboração: Prof. Jaciel Papaléo Paes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflvcosta@gmail.com

MOSQUEIRO, SANTA IZABEL E ORIXIMINÁ RECEBERÃO SEDES DA DEFENSORIA ATÉ MARÇO

Três novas sedes da Defensoria Pública serão entregues, até março deste ano, nas cidades de Santa Izabel e Oriximiná, além do distrito de Mosqueiro, em Belém. Dia 27/01 o município de Castanhal foi contemplado com um espaço totalmente equipado e tecnológico, onde, agora, os moradores podem emitir diversos documentos. A inauguração contou com a presença do defensor público-geral do Pará, João Paulo Lêdo, do governador Helder Barbalho e da vice Hana Ghassan. As inaugurações fazem parte de um vasto programa de interiorização, que tem como objetivo ampliar a oferta de serviços focados em cidadania e justiça.



Código-fonte: especialista da UFPA participa de inspeção de urnas eletrônicas

Esta semana Roberto Samarone dos Santos Araújo, professor da Faculdade de Computação da UFPA, na qualidade de representante da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) iniciou, em Brasília, processo de inspeção do código fonte da urna eletrônica e dos sistemas eleitorais que serão utilizados nas eleições municipais de 2024 em todo o país. A iniciativa do TSE visa dar transparência e lisura ao processo eleitoral através de inspeção especializada e periódica.



JT8 comemora uma década de luta contra Trabalho Infantil no PA/AP

O trabalho infantil, situação que atingiu quase 19 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Para combater esta realidade social, a Justiça do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) criou o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estimulo à Aprendizagem. A luta da JT8 em prol da erradicação do trabalho infantil ganhou forças em 2014, quando o Programa nacional foi implantado regionalmente e recebeu a indicação da então Juíza do Trabalho Vanilza de Souza Melcher, que abraçou a causa através de projetos e campanhas de grande sucesso que atingem jovens e suas famílias, promovendo desenvolvimento e aprendizagem, além de praticar a inclusão social.

Ampla premia jornalismo em prol do desenvolvimento da Amazônia

O Ampla da Amazônia, que tem como co-fundadores os advogados Giuseppe Mendes e Eduardo Bressil (foto) vai realizar o Prêmio Ampla de Jornalismo, como tema "Desenvolvimento Regional Amazônico - Práticas e Soluções", o evento de lançamento será dia 10 de abril no Restaurante Manjar das Garças, em Belém. A intenção do Ampla é reconhecer profissionais da comunicação que atuam diariamente com a promoção da região, e incentivar a produção de reportagens especiais voltadas para o desenvolvimento da Amazônia, e também de pautas voltadas para inovação e tecnologia.



Recuperação de dívida ativa: conselheiros dos TC's reúnem com presidente do STF

Durante agenda em Brasília essa semana, conselheiros dos Tribunais de Contas reúnem com o presidente do STF ministro Luís Barroso. O conselheiro do TCM/PA, César Colares, compôs a comissão com presidentes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, dos Tribunais de Contas dos Municípios, do Conselho Nacional dos Presidentes dos TC's do Instituto Rui Barbosa que tratou sobre a otimização do processo de ações dos valores relacionados à dívida ativa dos Estados e municípios, além da apresentação do Marco de Medição de Desempenhos dos Tribunais de Contas (MMD-TC), projeto o qual a concepção e funcionalidades podem ser aproveitadas em relação a diversas competências do Conselho Nacional de Justiça.

Colégio de Presidentes de Subseções discutem demandas da advocacia

Advogados e advogadas da capital e do interior estiveram reunidos, na última terça-feira, 30, na sede da OAB-PA, em Belém, no IV Colégio de Presidentes de Subseções. Além de discutir as demandas da advocacia do Pará, os 26 presidentes de subseções e a diretoria da OAB deliberaram sobre o planejamento das ações de 2024.



**DOMINGO**

**LADRÕES DE CHARQUE SÃO
PRESOS EM FLAGRANTE**
PÁGINA 2

Diário do Pará

POLÍCIA

CASO DE REPERCUSSÃO

PRESO POR ROUBO A VÍTIMAS EM UMA ILHA



Suspeito estava escondido em Curuçá e estaria envolvido num roubo majorado em uma ilha de Belém
FOTO: DIVULGAÇÃO

INVESTIGAÇÃO

JR Avelar

Um trabalho de investigação da Divisão de Repressão a Furtos e Roubos da delegacia de Polícia Civil de Curuçá culminou com o cumprimento de mandado de prisão referente a investigação de crime de roubo majorado ocorrido na Ilha Murucutu, nas cercanias de Belém, em 02 de agosto do ano passado contra Alex Silva Maia.

No curso da investigação, foi dado cumprimento ao mandado de prisão preventiva, tendo como alvo Alex Silva Maia, que foi pre-

so na cidade de Curuçá, para onde se encontrava evadido.

A prisão dele foi possível após trabalho investigativo da DRFR através da análise de dados telemáticos, foi possível identificar que o suspeito estava utilizando internet em uma residência localizada na cidade de Curuçá.

Os policiais da especialização fizeram contato com os colegas da delegacia de Curuçá que após um trabalho de monitoramento conseguiram localizar e cumprir o mandado expedido pela justiça.

O crime em que Alex Silva Maia era investigado teve grande repercussão. O bando tomou de assalto uma residência

na Ilha Murucutu, fazendo três pessoas como vítimas do roubo majorado praticado por dois criminosos, sendo que um deles portava uma arma de fogo.

Além de dinheiro, os criminosos subtraíram os aparelhos celulares e outros pertences das vítimas, inclusive, uma "rabeta" de alumínio equipada com um motor da marca Kasinski e fugiram, deixando as vítimas amarradas com punhos de rede.

O assalto passou a ser investigado pelas equipes da DRFR

e Seccional do Guamá que fizeram diversas incursões na invasão conhecida como "Abrigo", no bairro Terra Firme, e apesar da dificuldade em uma área onde impera a "lei do silêncio", os policiais conseguiram angariar elementos de informação sobre os suspeitos, dentre eles Jonathan Nelson Costa Negrão, o "Buda", que acabou preso.

Interrogado, ele acabou confessando sua participação no delito e prestou informações sobre onde a rabeta e o mo-

tor subtraídos estavam escondidos. Em setembro do ano passado foi cumprido mandado de prisão e sequestro de valores equivalentes contra Sabrina Valeria de Castro Santos de Souza, a qual teve participação no roubo na ilha Murucutu.

Restava Alex Silva Maia que passou a ser monitorado e ao ser preso em Curuçá nesta quarta-feira (31) confirmou a participação no delito e após os trâmites foi transferido para o Sistema Penal do Estado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ex-PM que matou e roubou professor no Pará é condenado a 19 anos de prisão

Ederson dos Santos foi morto a tiros por Felipe Gouveia após uma briga de trânsito, em Marabá. Caso ocorreu em 2018.

Por g1 Pará — Belém
02/02/2024 11h07 · Atualizado há 3 dias



Felipe (à esquerda) foi condenado pela morte de Ederson (à direita). — Foto: Reprodução / TV Liberal

O ex-policial militar Felipe Gouveia, acusado de matar a tiros e roubar o professor Ederson dos Santos após uma briga de trânsito, foi condenado a 19 anos de prisão, em [Marabá](#), sudeste do Pará.

O resultado do julgamento foi divulgado nesta sexta-feira (2), pelo Tribunal de Justiça do estado. Felipe foi submetido ao tribunal de júri popular na quinta (1º).

Relembre o crime

Ederson, que tinha 29 anos, era professor do Instituto Federal do Pará (IFPA) e foi [assassinado no dia quatro de agosto de 2018, na avenida Tocantins](#), em frente ao Sesi de Marabá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Polícia Civil (PC), a vítima se envolveu em uma briga de trânsito com o acusado e depois foi atingido por disparos de arma de fogo.

Felipe foi identificado como o atirador que aparece nas imagens das câmeras de segurança que registraram o assassinato. Na decisão divulgada nesta sexta (2), consta que o ex-policial perdeu cargo por conta do crime.

Felipe ainda furtou o celular e a carteira da vítima após matá-la, como a sentença detalha. O acusado fugiu do local do crime e [foi encontrado dias depois, em Imperatriz, no Maranhão](#).

O presidente do júri, o juiz Wanderson Ferreira Dias, classificou no documento a motivação do crime como torpe — fútil. Além da condenação, ele deverá pagar multa diária por 10 dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TJPA rejeita concessão de liminar contra a construção do prédio Fort Litoranium em Salinópolis

Em sua decisão, o desembargador Mairton Carneiro entendeu que não há requisitos para concessão de medida impedindo a autorização da obra, em especial porque o alvará de obra foi emitido com base na Lei 2860/2013



O Liberal

02.02.24 12h43



Em decisão liminar proferida pelo desembargador Mairton Carneiro, na quinta-feira (1º), o Tribunal de Justiça do Pará confirma a legalidade do processo de autorização da obra do Fort Litoranium no município de Salinópolis, no nordeste paraense.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Ministério Público, o desembargador entendeu que não há requisitos para concessão da medida liminar requerida, impedindo a autorização da obra, em especial porque o alvará de obra foi emitido com base na Lei 2860/2013 e não a impugnada na Ação Direta de Inconstitucionalidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A Estrutura Engenharia, seus funcionários e colaboradores informam que agradecem a decisão da justiça paraense, que executa o empreendimento em “respeito ao meio ambiente e ao devido processo legal, cumpridos integralmente e rigorosamente pela empresa”.

O prédio está sendo construído a quatro quadras - exatos 265 metros - da praia do Atalaia, em Salinópolis. A construtora responsável garante que “o impacto é zero”. Além disso, a Estrutura Engenharia afirma ter cumprido todos os requisitos legais para a obra, que tem prazo de 60 meses.

O imbróglio começou quando o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), em documento assinado pelo procurador-geral de Justiça, César Mattar Júnior, entrou com o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade. A ação foi protocolada contra a Prefeitura de Salinópolis e a Câmara de Vereadores, sob alegação de que uma lei teria sido aprovada em favorecimento da construtora.

Projeto cumpre todas as exigências legais, garante empresa

Além disso, alegou que o “Fort Litoranium” estaria em uma área de amortecimento do Monumento Natural do Atalaia (MONA), dentro, portanto, de uma Unidade de Conservação. “Nosso projeto cumpre com todas as exigências legais: as licenças ambientais e de construção, o alvará e o registro em cartório junto ao município. Ele teve início em 2021, quando começamos a dar entrada nas licenças e nos estudos de viabilidade, inclusive ambiental. Então, não foi um processo rápido, de uma hora para outra. A lei aprovada neste ano (2.949/2023) em nada interfere no nosso empreendimento, que está devidamente amparado”, afirma o diretor executivo da Estrutura Engenharia, James Pyles, em entrevista ao Grupo Liberal em novembro do ano passado.

Ainda segundo James, a lei municipal nº 2860/2013 é a mesma que tem viabilizado diversos investimentos imobiliários no município, entre eles, a construção de resorts e de outros prédios na ilha do Atalaia com alturas similares

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ao do Fort Litoranium. “Não faz sentido falar que esta lei foi feita para beneficiar nosso projeto, se há anos se tem empreendimentos sendo construídos por empresas na mesma região, inclusive de fora do estado. A única diferença é que somos uma empresa 100% paraense”, diz.

O investimento no empreendimento, de acordo com diretor executivo, é de cerca de R\$120 milhões. Do montante, a estimativa é de que mais do que a metade seja injetada no próprio município. “Estimamos que R\$ 36 milhões sejam gastos com mão de obra local; R\$ 25 milhões sejam deixados no comércio local; e outros R\$ 5 milhões sejam destinados ao pagamento de impostos ao município. Além disso, é um prédio que vai gerar cerca de R\$ 150 mil em receita ao município com IPTU”, diz James.

Segundo o diretor, a construção irá gerar 300 empregos diretos, além de outros indiretos. A ideia é inserir Salinas na rota turística da costa brasileira, com prédios tão modernos quanto já existem em outros estados do país, como forma de desenvolver turismo na região. Ao todo, serão 96 apartamentos. A estimativa é movimentar cerca de R\$8 milhões por ano com os moradores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de feminicídio em Parauapebas será julgado em Belém no final do mês

O julgamento será no Fórum Criminal, no bairro Cidade Velha, e será presidido pelo juiz Cláudio Hernandes Silva Lima, da 4ª Vara do Tribunal de Júri de Belém



O Liberal

03.02.24 16h33



Dayse foi assassinada no dia 31 de março de 2019 na casa onde morava com o acusado no bairro Parque dos Carajás, em Parauapebas, no sudeste do Estado. (Reprodução)

Será julgado no próximo dia 20, em Belém, um homem identificado como Diógenes dos Santos Samaritano, acusado de matar a própria companheira, Dayse Dyana Sousa e Silva. O julgamento será no Fórum Criminal, no bairro Cidade Velha, e será presidido pelo juiz Cláudio Hernandes Silva Lima, da 4ª Vara do Tribunal de Júri de Belém.

Dayse foi assassinada no dia 31 de março de 2019 na casa onde morava com o acusado no bairro Parque dos Carajás, em Parauapebas, no sudeste do Estado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo levantamento feito pela perícia criminal, ela foi agredida e depois, já desacordada, foi jogada da janela do segundo piso da residência e morreu no local, de acordo com informações divulgadas pelo portal Correio de Carajás.

Ainda conforme a publicação, inicialmente, Diógenes e sua defesa chegaram a declarar que a vítima se atirou pela janela, mas as evidências encontradas pela perícia apontaram para feminicídio. Além disso, o histórico de violência de Diógenes também pesou na análise, segundo o Correio.

Ainda de acordo com o Correio de Carajás, o julgamento foi desaforado pra Belém porque a defesa de Diógenes alegou que tanto em Parauapebas quanto em Marabá, o júri não seria isento, pois o caso gerou ampla repercussão nas duas cidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PM acusado de matar professor é condenado a 19 anos de prisão em Marabá

Leitura da sentença foi feita depois de 15 horas de julgamento e realizada nesta sexta-feira (02)



O Liberal

02.02.24 15h35



O réu é marabaense, mas estava lotado na Polícia Militar do Maranhão. Ele também foi exonerado do cargo de policial militar. (Reprodução / Correio de Carajás)

O policial militar Felipe Freire Sampaio Gouveia foi condenado a 19 anos de prisão em regime fechado pela morte do professor Ederson Costa Santos, em Marabá, no sudeste do Pará, nesta sexta-feira (02). O caso aconteceu no dia 4 de agosto de 2018, depois de uma discussão de trânsito na avenida Tocantins, Núcleo Cidade Nova, no mesmo município onde o julgamento aconteceu.

O caso gerou grande comoção na cidade e o auditório ficou lotado por familiares, amigos e conhecidos de Ederson, que era professor do Instituto Federal do Pará (IFPA). Docentes e alunos do instituto também acompanharam de perto o

juízo, vestindo camisas em homenagem ao professor com a frase "Quiseram te calar, mas esqueceram que éramos sementes. #Justiça! #Paz!", estampadas com uma foto da vítima.

A sentença do juiz Wanderson Ferreira Dias, presidente do júri, foi lida e depois de 15 horas desde o início da sessão, e ele determinou a pena de 15 anos pelo assassinato do professor e quatro anos pelo roubo. Felipe levou a carteira portacédulas e o celular do professor após matá-lo. Uma câmera de segurança de um estabelecimento em frente gravou toda a ocorrência, sendo prova fundamental do crime.

O réu é marabaense, mas estava lotado na Polícia Militar do Maranhão. Felipe foi representado por duas advogadas. De acordo com o portal Correio de Carajás, a tese da defesa aponta que o réu agiu de forma defensiva por achar que Ederson poderia estar armado.

Freire foi exonerado do cargo de policial militar, já que qualquer sentença condenatória superior a quatro anos já suspende os direitos políticos e públicos. Levando isso em consideração, o juiz Wanderson decretou não só a perda da função de policial militar, mas também o afastamento dos direitos políticos, ainda conforme o Correio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br